

mercado

O perigo da queda das reservas

Estabilidade da moeda depende da qualidade e da suficiência das reservas

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

O Banco Central está vendendo quase US\$3 bilhões por semana das reservas internacionais, processo que deve se estender ao menos até o fim deste mês, para segurar a alta do dólar.

E de tempos em tempos também ressurge entre políticos uma ideia similar: por que não usar parte das reservas internacionais em moeda forte para garantir investimento, emprego e renda? Afinal, dizem, as reservas estão lá "paradas", e há um alto custo representado pela diferença entre a baixa remuneração recebida pelo BC

no exterior e a Selic, mais alta.

Há complicações técnicas, mas me esforcerei em simplificar sem comprometer a essência. Em primeiro lugar, é preciso dominar a diferença entre o BC, um bicho monetário que cria dinheiro e gerencia a moeda nacional e as reservas, e o Tesouro, um bicho fiscal que arrecada impostos e efetua os chamados gastos públicos. São jurisdições distintas, ainda que existam pontos de contato.

No passado, houve caos inflacionário toda vez que o Tesouro demoliu as paredes le-

gais que separam as jurisdições, tomando para si as chaves da fabulosa máquina de criar dinheiro do BC. Em condições normais, o Tesouro precisa arrecadar impostos ou tomar emprestado (via Tesouro Direto, por exemplo) para obter o dinheiro com o qual efetuará um gasto. Mas, se o Tesouro captura o BC, tudo fica mais fácil: conseguirá todas as fotos da onça-pintada necessárias para gastar o que desejar. Em suma, apenas uma sólida separação entre essas jurisdições impede que os poli-

ticos produzam de imediato uma orgia hiperinflacionária.

Ademais, as reservas têm um propósito fundamental: garantir a moeda nacional. A moeda é tão boa (ou ruim) quanto suas reservas. A estabilidade da moeda depende da qualidade e da suficiência das reservas, que devem ser compostas pelos ativos mais seguros e líquidos.

Se, por suposição, as reservas forem insuficientes para cobrir o dinheiro circulando na economia, haverá risco de fuga de capitais mesmo em cenários benignos, que pode des-

valorizar abruptamente o real.

Felizmente, embora o país já tenha amargado diversas crises por insuficiência de moeda forte, há pelo menos dez anos o BC detém reservas superiores a toda a base monetária. A proposição de vender reservas e entregar reais equivalentes ao Tesouro significa solapar a segurança do real e implodir as jurisdições para atender a uma demanda política por mais gastos.

Vale notar também que, quando o real se desvaloriza como nas últimas semanas, o custo de carregamento das reservas despensa e pode até gerar lucro, pois há ganho em reais: os mesmos dólares agora valem mais. O especialista político que cita o cálculo do custo das reservas não costuma incluir tal ganho.

E a qualidade das reservas? Ai reside um problema central do sistema financeiro internacional. Antigamente se utilizava

um bem escasso, o ouro. Hoje as reservas preferidas são títulos públicos americanos, ou seja, uma dívida, que não é escassa. Na prática, ainda que isolados dos políticos por uma eventual "independência", os doutores do BC detêm o brutal poder de monetizar dívida "ad nauseam". Antes havia o padrão-ouro, agora o padrão-Ph.D. Antes era modesto o poder discricionário dos políticos e banqueiros centrais sobre o dinheiro, agora o poder total do BC.

Não discordo do fabiano Bernard Shaw, que dizia que "o mais importante para uma moeda é manter a estabilidade; como eleitor você deve escolher entre confiar na estabilidade de natural de um bem escasso (ouro, em sua época) ou na honestidade e inteligência de burocratas". Voto contra monetizar dívidas, e, para isso, é preciso acabar com o BC no formato atual. Voltarei ao assunto.

DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Laura Carvalho | SEX. Nelson Barbosa, Pedro Luiz Passos | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Volta Grande do Xingu, trecho do rio que terá redução na vazão com o acionamento de mais turbinas. Lalo de Almeida - 22.ago.18/Folhapress

Procuradoria recomenda revisar licença de Belo Monte

Medida, que visa preservar fauna, impediria geração máxima da hidrelétrica

Fabiano Maisonave

TERRA INDÍGENA TRINCHEIRA BACAJÁ E ALTAMIRA (PA) Diante do cartaz com nove peixes típicos da região, o indígena Kataprote Xikrin, 32, aponta para o pacu branco, a piranha e outras três espécies desaparecidas ou quase extintas do rio Bacajá, um afluente do rio Xingu, desde a construção da usina de Belo Monte.

"A água está muito quente, vazou e vai embora. É o impacto das três espécies desaparecidas ou quase extintas do rio Bacajá, um afluente do rio Xingu, desde a construção da usina de Belo Monte."

A avaliação de Kataprote tem respaldo em estudos de especialistas, que preveem um impacto ambiental devastador no entorno do território xikrin e de outros povos por causa da vazão de água reduzida e do fim do pulso natural de cheia e seca característicos os rios amazônicos. Essa região, um trecho de cem quilômetros

do rio conhecido como Volta Grande do Xingu, abriga espécies endêmicas, como o acarizebra, além de comunidades indígenas e ribeirinhas, que dependem da pesca e da navegação para sobreviver.

Com base nessas análises, o MPF (Ministério Público Federal) recomendou ao Ibama a suspensão e a revisão da atual licença ambiental. Na prática, isso significaria que a hidrelétrica de Belo Monte, erguida a um custo de cerca de R\$ 30 bilhões, não poderá operar com a sua potência máxima.

"Após ampla investigação, o MPF está convencido de que Belo Monte foi construída sem avaliação prévia da quantidade de água que poderia ser desviada do rio Xingu e que o rigor hídrico que se pretende impor inviabilizará a vida na região com impactos irreversíveis em um dos principais rios da Amazônia", afirma Thais Santi, um dos 18 procuradores que subscrevem o documento.

"Nesse contexto, a recomendação indica as medidas que devem ser adotadas para a vi-

abilidade ambiental da usina". O documento foi protocolado na sexta-feira (30). O Ibama agora tem 20 dias para responder ao MPF. Caso a recomendação não seja aceita, a Procuradoria ingressará com ação judicial.

Procurado, o órgão ambiental federal não se manifestou sobre o pedido.

A construção da hidrelétrica deve ser concluída até o fim do ano. Em julho, Belo Monte

inaugurou a 14ª turbina, de um total de 24. Passou a ter 9,400 megawatts de potência instalada, superando Tucuruí para tornar-se a maior 100% brasileira — Itaipu foi construída em sociedade com o Paraguai.

Para que a usina opere com capacidade máxima, será preciso desviar ainda mais água da Volta do Grande para o Canal de Derivação, onde está parte das turbinas. Com o aumento da demanda de Belo Mon-

te, esse trecho do leito natural do Xingu terá vazão significativamente menor do que o registrado em secas históricas.

Essa partilha está respaldada pelo chamado "hidrograma de consenso", licenciado pelo Ibama e pela ANA (Agência Nacional de Águas). Com duração de seis anos a partir do fim das obras, a atual licença prevê dois cenários de vazão reduzida na Volta Grande. Os impactos ambientais seriam então medidos nesse período.

Um dos especialistas consultados pelo MPF, o pesquisador do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) Jansen Zuanon diz que o "hidrograma de consenso" trará alterações dramáticas na quantidade e na dinâmica sazonal da água que atravessa e sustenta a vida na Volta Grande do Xingu. "O efeito será catastrófico", disse.

"A quantidade de água será muito pequena para manter os processos ecológicos e a vida das populações indígenas e ribeirinhas naquele trecho do rio Xingu."

"Além disso, o ecossistema da Volta Grande depende da regularidade e da previsibilidade das enchentes e vazantes do rio. Se a gente perturba esse pulso de inundação anual, os peixes que dependem dos sinais da natureza para se orientar não saberão se a água está subindo ou descendo. Se a vazão do rio for regulada pela conveniência da usina, os organismos aquáticos não conseguirão sincronizar a vida."

O pesquisador cita também os quelônios, que precisam das praias para desovar e dos igapós para se alimentar, e as dificuldades para navegação naquele trecho, que é formado por muitos pedras e corredeiras, como outros impactos socioambientais negativos.

Para o biólogo, a gestão da disponibilidade de água na Volta Grande (ou seja, o hidrograma a ser testado a partir deste fim de ano) deveria ser baseada na vazão histórica mínima daquele trecho do rio e também simular os períodos naturais de cheia e seca do Xingu para mimetizar o comportamento do rio antes de Belo Monte.

Procurada, a Norte Energia, empresa controladora da Belo Monte, se limitou a dizer que não foi notificada sobre o assunto e não respondeu sobre a situação do rio Bacajá.

Em resposta sobre o "hidrograma de consenso" enviada à Folha em setembro de 2018, a empresa afirmou que o plano foi aprovado pelos órgãos fiscalizadores e que o desenho da usina "assegura a manutenção da qualidade da água, bem como ações de conservação da ictiofauna, da vegetação aluvial, dos quelônios, da pesca e da navegação, além dos modos de vida da população no território em que está instalada a hidrelétrica".

Rio pressiona, União abre mão de R\$ 2 bi, e Senado aprova cessão onerosa

Daniel Carvalho

BRASÍLIA Diante da pressão do governador do Rio, Wilson Witzel, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a União abriu mão de R\$ 2,19 bilhões para aprovar a cessão onerosa.

O Senado acatou uma emenda da bancada fluminense que aumenta o valor dos recursos do megaleilão de petróleo que serão repassados ao estado, que, agora, vai receber R\$ 2,5 bilhões. Antes, seriam R\$ 326 milhões. A emenda foi fruto de um acordo com Maia.

O texto foi aprovado em dois turnos. No primeiro, por 74 a 0. No segundo, por 69 a 0. Como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) foi alterada, tem que retornar à Câmara.

Está marcado para 6 de novembro um megaleilão de petróleo no qual o governo estima arrecadar R\$ 106 bilhões. Desse total, R\$ 33 bilhões vão para os cofres da Petrobras a título de renegociação de um contrato de exploração de campos de petróleo na área do pré-sal. Dos R\$ 73 bilhões que sobram, 30% (R\$ 21 bilhões) serão distribuídos para estados (15%) e municípios (15%).

Pelo que havia sido previsto no relatório do senador Cid Gomes (PDT-CE), a distribuição para estados e municípios "respeitará os critérios do FPE (Fundo de Participação dos Estados) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios)".

O cálculo do FPE leva em consideração a renda per capita de cada estado. Ou seja, estados mais pobres recebem uma parcela maior do repasse.

O critério do FPE acaba beneficiando estados do Norte e do Nordeste em detrimento de outras unidades da Federação, como o Rio, em cujo literal estão os campos que serão leiloados.

Por essa regra, o leilão do Rio ficaria com R\$ 326 milhões, enquanto a Bahia receberia um repasse previsto em R\$ 905,5 milhões.

A solução acordada veio por uma emenda apresentada pelos três senadores do Rio, entre eles, Flávio Bolsonaro (PSL). A emenda prevê 3% dos R\$ 73 bilhões da União para o estado produtor. Com isso, o Rio receberá R\$ 2,19 bilhões extras.

Belo Monte é a maior hidrelétrica 100% brasileira

